

# **ATA DA 10ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS, REALIZADA NA SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS, EM BRASÍLIA.**

**DATA :** 19 /10/2000    **Início:** 08:35 horas    **Término:** 14:20 horas

## **PARTICIPANTES :**

Ministério do Meio Ambiente : Júlio Thadeu Kettelhut ([julio.kettelhut@mma.gov.br](mailto:julio.kettelhut@mma.gov.br))  
Ministério de Minas e Energia : Benedito Barbosa Pereira  
Conselho Estadual de São Paulo : Anícia Aparecida B.Pio ([apio@sp.gov.br](mailto:apio@sp.gov.br))  
Conselho Estadual de Minas Gerais – Maria de Lourdes ( [iude@igam.mg.gov.br](mailto:iude@igam.mg.gov.br) )  
Conc. e Geradoras de E. Elétrica : Martha R. Von Borstel Sugai ([martha@mail.copel.br](mailto:martha@mail.copel.br))  
Comitês, Consórcios e Associações: Airton Bodstein de Barros ([bodstein@iname.com](mailto:bodstein@iname.com))

## **Relatora:**

Flávia Gomes de Barros ([flavia.barros@mma.gov.br](mailto:flavia.barros@mma.gov.br))

## **CONVIDADOS:**

Roberto Alves Monteiro ([roberto.monteiro@mma.gov.br](mailto:roberto.monteiro@mma.gov.br))  
Paulo Márcio Souza Vieira ([paulom@srh.ce.gov.br](mailto:paulom@srh.ce.gov.br))  
Maria Luiza Weneck ([mweneck@mail.cni.org.br](mailto:mweneck@mail.cni.org.br))  
Maria Cristina Yuan ([crisyuan@ibs.org.br](mailto:crisyuan@ibs.org.br))  
Celso Dutra Rodrigues ([celso.rodrigues@mma.gov.br](mailto:celso.rodrigues@mma.gov.br))  
Marcelo Taylor de Lima ([marclima@horiz.com.br](mailto:marclima@horiz.com.br))  
Isaura Maria Vieira Pinho ([isaura@cvrdr.com.br](mailto:isaura@cvrdr.com.br))  
Maria de Lourdes dos Santos ([iude@igam.mg.gov.br](mailto:iude@igam.mg.gov.br))  
Célia Maria Brandão Fróes ([celia@igam.ms.gov.br](mailto:celia@igam.ms.gov.br))  
Ministério de Integração – Demétrios Christofidis – ([dchristofidis@bol.com.br](mailto:dchristofidis@bol.com.br))  
Ministério dos Transportes – Martinho Candido Velloso dos Santos ([martinho@transportes.gov.br](mailto:martinho@transportes.gov.br))  
Célia Cristina Moura Pimenta – ([celiacristina@terra.com.br](mailto:celiacristina@terra.com.br))  
José Di Bella Filho ([di\\_bella@uol.com.br](mailto:di_bella@uol.com.br))  
Mônica Tavares Rocha ([monica.leao@bol.com.br](mailto:monica.leao@bol.com.br))  
Luiz Carlos S. S. Robrigues Filho – ([lzcarrd@bldes.gov.br](mailto:lzcarrd@bldes.gov.br))  
Ronaldo Vianna da Silveira – ([rvianna@bndes.gov.br](mailto:rvianna@bndes.gov.br))  
Rejane Beatriz Lima – ([rejanebs@zaz.com.br](mailto:rejanebs@zaz.com.br))  
Ministério da Agricultura - José Silvério  
Conselho Estadual do Nordeste - Isaac Goes de Queiroz ([isaac@lognet.com.br](mailto:isaac@lognet.com.br))  
Luiz Amore – ([amore@tba.com.br](mailto:amore@tba.com.br))  
Devanir Garcia Santos – ([devanir.santos@mma.gov.br](mailto:devanir.santos@mma.gov.br))  
Agostinho F. Sobreiro Neto – ([afneto@cvrdr.com.br](mailto:afneto@cvrdr.com.br))  
Carlos Oiti Berbert – ([oiti@cnpq.br](mailto:oiti@cnpq.br))  
Célia Maria Brandão Froés – ([celia@igam.mg.gov.br](mailto:celia@igam.mg.gov.br))  
João Salles – ([jsrsalles@terra.com.br](mailto:jsrsalles@terra.com.br))  
Emanuel Teixeira de Queiroz – ([emanuel@dnpm.gov.br](mailto:emanuel@dnpm.gov.br))  
Carlos Rodrigues da Costa – ([dagomea@dnpm.gov.br](mailto:dagomea@dnpm.gov.br))  
Lúcio Henrique Bandeira – ([lbandeira@saneamento.rj.gov.br](mailto:lbandeira@saneamento.rj.gov.br))  
Olga Nunes – ([olgan@cvrdr.com.br](mailto:olgan@cvrdr.com.br))  
Marcelo Taylor de Lima – ([marclima@horiz.com.br](mailto:marclima@horiz.com.br))  
CVDR-RJ – Gerência de Meio Ambiente – Maria Carmen Aleixo – ([mcarmem@cvrdr.com.br](mailto:mcarmem@cvrdr.com.br))  
CVDR – Isaura M.V. Pinho – ([isaura@cvrdr.com.br](mailto:isaura@cvrdr.com.br))

## **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

Dr. Júlio abriu a reunião agradecendo a presença de todos e passou a palavra a Dra. Fátima Paiva, Gerente da área de planos de recursos hídricos que apresentou a proposta de resolução de diretrizes para elaboração dos planos de recursos hídricos de bacias hidrográficas. Dr. Airton Bodstein questionou se um consórcio de municípios pode aprovar o plano de recursos hídricos.

Dr. Devanir respondeu que não, pois a Lei coloca claramente que só quem aprova é o comitê. Dr. Júlio fez alguns comentários a respeito da regulamentação da Lei 9433/97 e em seguida informou que na última reunião desta Câmara Técnica foi solicitado que se convidasse o Dr. Jerson Kelman para apresentar o PL 1616. Dr. Júlio informou que o convidou mas o Dr. Kelman preferiu não participar enquanto não fosse nomeado oficialmente para a Diretoria da Agência Nacional de Águas. Dr. Júlio informou ainda que o Secretário Executivo deste CNRH em conversa com o Ministro solicitou que o PL 1616 só seja analisado após o pronunciamento do CNRH, no que foi atendido pelo Senhor Ministro. Portanto é necessário trabalharmos muito, tendo como prioridade inicial a reformulação do CNRH, e em seguida a discussão do PL 1616. Dr. Júlio informou que o PL de Biodiversidade foi encaminhado pelo Senhor Ministro para que o CNRH opine. A Câmara solicitou que o Secretário de Biodiversidade viesse apresentar o Projeto, o que não foi possível devido a agenda desse Secretário. Dr. Júlio falou que o importante é analisar as interfaces desse PL com a área de recursos hídricos. Em seguida, colocou em análise a Ata da 8ª reunião. Dr. Airton solicitou que se homogeneizasse o tratamento dos participantes da Câmara e reduzisse as citações. Uma outra correção deverá ser feita na linha 209, pois a referencia foi em relação a representação dos estados e não do Conselho e solicita a retirada da frase “mas cuidando para não alterar a proporcionalidade”, uma vez que não fez esta afirmativa e deixou claro que seu voto na proposta de revisão da composição foi pela alternativa 3. Dr. Júlio colocou em pauta a análise da revisão da composição do Conselho. Informou que remeteu correspondência a todos os Conselheiros com a proposta de aumento de 18 membros. Houve pouca resposta e ninguém interpôs proposta ao aumento de 18 membros. Dr. Júlio sugeriu que se leve ao Plenário do CNRH duas propostas: a primeira com o aumento de 18 membros e a 2ª proposta dobrando o número de Conselheiros. Dr. Airton solicitou que se registre que os Consórcios e Comitês remeteram solicitação para aumento do número de vagas para este segmento dentro das organizações civis. Foi aprovado que se encaminhe ao CNRH como alternativa 1: aumento de 18 membros no CNRH e como alternativa 2: aumento de 28 membros. Dr. Barbosa colocou que para dobrar é necessário resolver o problema de redução do número de participantes do Governo. Dr. Júlio colocou que nessa direção já existe uma moção aprovada pelo CNRH e que acredita que ao longo do tempo isso ocorrerá, mas é fundamental que discutamos quais serão os novos 18 membros. Para manter a proporcionalidade da representação dentre os 18, seriam 9 para o Governo Federal, 3 para os Conselhos Estaduais, 4 para Usuários e 2 para Organizações Civis. A discussão iniciou pela representação dos Conselhos. Dr. Júlio informou que há solicitação dos conselhos da região Sudeste e da região Nordeste para aumento da representação uma vez que o número de Estados da região nordeste é muito maior que de outras regiões e no caso da sudeste a argumentação apresentada está relacionada à população. Foi acordado que das 3 vagas: uma seria para região Sudeste, uma (1) para o Nordeste, e, uma (1) para a região Centro - Oeste. Esta proposta foi aprovada por unanimidade. Em seguida passou-se a discussão do setor usuário. O setor industrial solicitou que haja acréscimo de 2 vagas, sendo uma (1) para setor minero- metalúrgico, conforme justificativa, anexo 1. Foi solicitada a representação do Setor Portuário conforme justificativa, anexo 2. O Ministério da Integração Nacional solicitou a sua inclusão conforme justificativa, anexo 3. Foi solicitada o aumento de 1 vaga para o setor de abastecimento público e tratamento de esgoto, uma vez que há concessionários privados e públicos e ainda há concessões somente para o tratamento de esgoto e outras que só operam com abastecimento de água. O Setor de Energia solicitou o aumento de uma (1) vaga considerando que é o único setor que paga pelo uso da água. Após diversas discussões foi consensada as indicações para a alternativa B conforme tabela anexa. Os membros da Câmara Técnica, declararam deixar a negociação dos membros do Governo Federal a cargo do Presidente desta Câmara Técnica, desde que consideradas as sugestões. Foi discutido e acordado que serão encaminhadas as duas propostas de Moção para elaboração de decreto de reformulação do Plenário do CNRH, possibilitando a não coincidência de mandatos, devendo no texto constar “os membros eleitos em decorrência da 1ª reformulação da composição do CNRH exercerão seu 1º mandato, em caráter excepcional, até dezembro de 2003”. Em seguida, Dr. Júlio colocou em discussão a Reformulação do Regimento Interno. Após discussões, foram reformulados alguns artigos, inseridos outros conforme anexo. Dr. Júlio informou que todo esse

material será analisado pelo Consultoria Jurídica. Dra Isaura questionou se a Proposta de Resolução de Planos será analisada na próxima reunião do dia 25. Dr. Júlio respondeu que sim e encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.

Aprovada em 15/03/2001.

**JULIO THADEU KETTELHUT**  
Presidente

**DIANE MARA F. V. RANGEL**  
Relatora

	<b>ALTERNATIVA 1</b> Total: 18	<b>ALTERNATIVA 2</b> Total: 28
<b>CONSELHOS ESTADUAIS</b>	3 Vagas sendo 1 para região Nordeste, 1 p/ Centro-oeste e 1 p/ Sudeste	5 Vagas, sendo 2 para Conselho Estadual da região Nordeste, 1 P/ Sudeste, 1 P/ Sul, 1 P/ Centro-oeste.
<b>USUÁRIOS</b>	4 vagas sendo uma para Irrigantes, 1 para as concessionárias de serviços de abastecimento de água e esgoto, para as concessionárias de geração de energia, 2 para indústria, sendo uma para o setor minero-metalúrgico.	6 vagas, sendo: Irrigantes + 1 Abastecimento + 1 Energia + 1 Indústria + 2, sendo 1 para o setor minero-metalúrgico Hidroviário + 1 (1 para Setor Portuário)
<b>ORGANIZAÇÕES CIVIS DE RECURSOS HÍDRICOS</b>	ONG'S 1 P/ Técnica Ensino e Pesquisa, 1 P/ Comitês Consórcios Justificativa: considerou-se que foram atendidos aqueles que solicitaram o acréscimo.	ONG'S + 1 O técnica + Ensino e Pesquisa + 1 (sendo 1 P/ Técnica + Ensino e pesquisa), Comitês + Consórcios + 1 ( sendo 1 P/ comitê e 1 P/ Consórcios)

## ANEXO 1

### Justificativa do setor industrial

O incremento de 2 (dois) membros no segmento INDÚSTRIA está fundamentado nos seguintes itens: (i) o segmento congrega significativa diversidade de atividades usuárias de recursos hídricos (mineração, siderurgia, papel e celulose, farmacêutica, química petroquímica, alimentos, automobilística, etc), as quais se fazem hoje representar no CNRH, por único membro; (ii) todos os demais membros do setor USUÁRIOS no CNRH representam atividades específicas; (iii) abastecimento e energia já têm sua participação assegurada também pelo Poder Público. Além disso, consultados todos os demais segmentos do setor usuário, só a indústria manifestou interesse em aumentar sua participação no CNRH. Cabe salientar que este segmento vem contribuindo efetivamente na discussão das matérias não só nas reuniões plenárias, como também nas Câmaras Técnicas e grupos de Trabalho, de forma ativa e freqüente.

## ANEXO 2

### Justificativa do setor portuário

A ABTP – Associação Brasileira dos Terminais Privativos atualmente conta com 70 associados, dentre os quais PETROBRÁS, Mineração Rio do Norte, CSN, Consórcio Alumar/Billiton, dentre outras. Suas associadas detêm concessão para explorar Terminais Portuários Privativos e arrendados em Portos Públicos, atuando em todo território nacional, com ênfase de atuação na Bacia Amazônica, Bacia do sudeste, na região do Pantanal, além de terminais marítimos em toda costa brasileira e oceânicos.

Considerando o volume das cargas movimentadas no Brasil, pode-se afirmar que a ABTP representa o segmento das empresas que **movimentam 80% de toda operação portuária nacional**, sendo imprescindível sua participação nos debates promovidos pelas Câmaras Técnicas do CNRH-Conselho Nacional de Recursos Hídricos, por sua representatividade perante os **usuários** e possibilidade de colaboração para melhor atingir os objetivos dos trabalhos.

## ANEXO 3

### Justificativa do Ministério da Integração Nacional

O convidado Prof.º Demétrios Christofidis, argumentou que, na proposta de ampliação do número de representantes do Governo Federal no CNRH, sejam consideradas, além do Ministério da

Integração Nacional/Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica, as participações da CODEVASF- Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco pela suas atividades no uso da água para produção de alimentos e desenvolvimento em bacia de grande representatividade nacional e pela elevada importância no uso integrado de recursos hídricos. Ampliou sua explanação indicando também a importância de considerar o DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas em função das novas competências atribuídas pela Medida Provisória n.º 1934, que altera a lei n.º 4229 que pelo seu art. 2º, compete ao órgão “contribuir para a implementação de Política Nacional de Recursos Hídricos” (inciso I) e “elaborar projetos de engenharia e executar obras públicas em conformidade com a Política e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (inciso III), e “as ações do DNOCS... ficam sujeitas à orientação normativa do Sistema Nacional de Recursos Hídricos” (parágrafo 2º, do art. 2º). Argumentou finalmente que em função das atribuições da Secretaria de Defesa Civil frente a eventos críticos, em especial no combate aos efeitos de cheias e acidentes hídricos, sua presença no CNRH deveria ser considerada